



SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE POLÍCIA
DIRECÇÃO NACIONAL

COMUNICADO

Director Nacional desrespeita Ministro (Alteração de Horários)

O Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP-PSP) intentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa uma providência cautelar destinada a intimar e suspender imediatamente os três despachos do Director Nacional da PSP relativamente à alteração dos horários de trabalho e com reflexos imediatos, quer no descanso, quer no regime de prestação do serviço. Não obstante, o SPP-PSP sabe que em alguns comandos já foram colocados em prática novos horários, sem que o Director Nacional aguardasse por uma decisão judicial, que deverá ser conhecida nos próximos dias. **Tal facto, está a provocar graves prejuízos e transtornos em todo o efectivo da PSP.**

O Director Nacional esqueceu-se que a Lei Sindical de 2003, que transformou as associações sócio-profissionais representativas da PSP em sindicatos, lhes conferiu o poder de negociação efectiva de clausulado relativo aos horários de trabalho. Tal poder é exercido em sede de mesa de negociações entre os sindicatos e o MAI, que tem a competência exclusiva nesta matéria, estabelecendo a Lei Sindical, de forma clara, que não pode ser delegado.

Ou seja, o Director Nacional não tem efectivamente poderes para, unilateralmente, regular tais matérias e não se compreende porque motivo abandonou as negociações, que já se tinham iniciado, proferindo os referidos três despachos ilegais, impedindo o Ministério da Administração Interna de consagrar em diploma algumas das medidas do Programa do Governo (concertação nas Polícias).

Pergunta-se qual a intenção do Director Nacional da PSP em violar a Lei Sindical, numa altura em que o ambiente no seio da instituição está longe de ser o melhor, com os polícias a exigirem aumentos salariais, actualizações de subsídios, reforço do efectivo policial para fazer face às necessidades da população (como por exemplo o reforço do policiamento nos transportes suburbanos) e com a delinquência a aumentar. Os polícias estão convencidos de que existe um claro “desnorte” entre o director nacional e o ministro.

O SPP, como sindicato que abrange todas as classes da PSP, avançou com a referida providência cautelar e conta com a solidariedade de todos os polícias nesta contestação. **O SPP-PSP apela a todos os polícias que façam chegar ao sindicato a informação sobre todas as eventuais infracções que estão a ser cometidas nesta matéria pela Direcção Nacional** e compromete-se a manter todos os polícias informados do andamento deste processo e em relação à postura do Governo perante este conflito institucional.

De Polícias para Polícias,

A Direcção do SPP-PSP